Editorial

Escrevo pela primeira vez na qualidade de Diretora da *Revista Portuguesa de História*, cargo para o qual fui eleita após a jubilação da Doutora Margarida Sobral Neto. Faço-o com orgulho e esperando estar à altura de quem me precedeu numa sucessão de diretores ilustres, pois a *Revista Portuguesa de História*, agora com 83 anos, é no nosso país a mais antiga publicação periódica desta natureza. A par da sua longevidade, a RPH tem sabido adaptar-se às mudanças, sendo publicada online com acesso aberto imediato, sem cobrar qualquer taxa aos autores e estando indexada nas mais prestigiosas bases de dados internacionais, como são a Web of Science, Scopus, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPLUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences), Latindex, EBSCO, Dialnet, Scientific Journal Impact Factor e SHERPA/ROMEO, sendo agora a única publicação portuguesa da área científica da História no patamar Q2.

Neste número 55 publicam-se 12 artigos, nove dos quais propostos livremente pelos seus autores e um pequeno caderno temático constituído por três estudos, reunidos por Filomena Serra e Paul Melo e Castro, subordinado ao tema “Políticas e Práticas da Propaganda Visual no Estado Novo em Portugal”. Redigida pelos organizadores do dossiê, pode ser lida adiante a apresentação do caderno e dos artigos, estes de autoria de Jesús Ramé López e Caterina Cucinotta, Patrícia Ferraz de Matos e Filomena Serra.

Curiosamente, três outros textos recebidos e aprovados para este número enquadram-se também na temática da propaganda política do Estado Novo português através dos meios visuais. Refiro-me a “*O Comércio do Porto as a cross-border space between Portugal and Spain. Photographic portrait of the Spanish Civil War*”, de Beatriz de las Heras; “*La vie mystérieuse du cinéaste français Jean Noël Pascal-Angot et de sa société de production de cinéma franco-belge aux colonies portugaises (1960-1974)*”, de Alexandre Ramos; e “*Legislação e censura na Sé7ima Arte em Portugal (1917-1974)*”, de Cristina Batista Lopes.

No primeiro, Beatriz de las Heras procedeu a um moroso trabalho de recolha, caracterização e análise de 1.099 fotografias publicadas n’ *O Comércio de Porto* para perceber e refletir sobre o seu papel na cobertura fotográfica da Guerra Civil espanhola de 1936-1939. O artigo de Alexandre Ramos faculta informações inéditas sobre Jean Noël Pascal-Angot e a sua atividade em Portugal e suas

colónias, o que permite aprofundar o conhecimento sobre o cinema ao serviço da propaganda do Estado Novo. Quanto ao texto de Cristina Batista Lopes, traça a evolução da moldura legal que possibilitou a censura ao cinema – e, portanto, também, a propaganda através dos filmes –, desde a criação dessa atividade censória, em 1917, até à sua extinção, recorrendo ainda às atas das reuniões das comissões de censura.

Outra evolução do enquadramento legislativo é-nos apresentada por António Ginja, em “O itinerário tutelar do património em Portugal: Rumo à(s) arqueologia(s) da arquitetura histórica”. Trata-se aqui da perceção do património arquitetónico enquanto documento arqueológico, colhida na lei e enquadramento tutelar, sendo traçada, interpretada e avaliada desde meados do século XIX à atualidade.

Passo a apresentar, também de forma sucinta, os cinco artigos que abrem o volume e que se situam maioritariamente no âmbito da História Social, área que foi sempre central na *Revista Portuguesa de História*.

Margarida Sobral Neto apresenta-nos um artigo que aborda uma realidade em geral esquecida quando se fala da Universidade de Coimbra: a sua natureza senhorial (territorial e jurisdicional), com todos os direitos, privilégios e obrigações que isso acarretava ao longo de um período multissecular, que vai da sua fundação, em 1290, até ao total desmantelamento dessa natureza senhorial, em 1835, quando a Universidade passa a ser financiada pelo Estado. Texto importante, porque não só esclarece essa dimensão tantas vezes omitida da Universidade de Coimbra, como contribui para o conhecimento do papel da Universidade, um dos mais poderosos senhorios do reino, na “configuração do regime senhorial em Portugal”.

Em “O papel edificante dos sínodos portugueses e castelhanos (séculos XIV e XV)”, Leandro Alves Teodoro analisou e comparou os ensinamentos morais dos bispos, nesse período e espaço, que não obedeciam apenas a preocupações com a disciplina do clero, mas, progressivamente, também com a formação doutrinal dos leigos de ambos os sexos.

Saul António Gomes, em “O crédito dos 20 mil florins de ouro do rei D. João I e do infante D. Pedro no “Monte do Comum” de Florença”, publica as fontes, localizadas nos Arquivos do Estado do Departamento da Renânia, contextualizando o contrato em apreço e seguindo a administração deste fundo pelo infante D. Pedro e seus herdeiros.

Publicam-se também neste volume dois artigos que se debruçam sobre contextos de epidemia no século XIX em Portugal e no Brasil. Neste último, “A epidemia de febre amarela e a atuação dos farmacêuticos (Rio de Janeiro, 1849-1850)”, Amanda Peruchi centra-se na ação dos farmacêuticos no

combate ao flagelo, grupo profissional que aproveitou a conjuntura para se afirmar como classe profissional autónoma. Laurinda Abreu, com o texto “O último lazareto *terrestre* de fronteira: Vila Real de Santo António na “segunda temporada colérica” (1885/1886)”, prossegue a sua investigação sobre os meios de contenção das epidemias em Portugal, problemática que a tem ocupado. Oferece-nos agora um trabalho, realizado com uma escala de observação mais fina, sobre o último lazareto terrestre, “a versão mais rigorosa dos meios tradicionais de combate às epidemias em Portugal”, incluindo ainda o processo de repatriamento de cidadãos portugueses retidos na Isla Cristina.

Seis resenhas completam o volume, cujos autores são provenientes das universidades de Coimbra, Porto, Autónoma de Lisboa, Cantábria e Complutense de Madrid.

A diversidade de objetos de estudo, das cronologias, das metodologias de investigação, das nacionalidades dos autores, das instituições a que pertencem, das suas idades e, ainda, das línguas de trabalho utilizadas são aspetos que quero realçar. Os autores são maioritariamente historiadores, como não pode deixar de ser. A *Revista Portuguesa de História* existe para construir conhecimento histórico com as metodologias de investigação da História. Isso não impede que acolha perspetivas provenientes de outros saberes que cooperam na construção historiográfica. Neste número encontramos análises de autores cuja formação e atividade se inserem nas áreas da Arqueologia, História da Arte, Estudos Artísticos, Literatura, Filosofia, Antropologia e Ciências da Comunicação. Saliento, por fim, o multilinguismo deste volume, com textos em português, inglês, castelhano e francês.

E termino, exprimindo a minha gratidão a todos autores que quiseram publicar na *Revista Portuguesa de História* e aos avaliadores que, tão generosamente, leram e enriqueceram os seus artigos. Este volume também não seria possível sem o trabalho de edição técnica e dos apoios institucionais. Agradeço, assim, à Dr.^a Carla Rosa, coordenadora técnica e administrativa desta revista, cujo empenhamento, eficiência e gentileza de trato quero realçar, e o apoio que a RPH tem sempre recebido dos Diretores da Faculdade e do Departamento em que se insere. Por fim, sinto-me reconhecida pelo acolhimento que a RPH continua a merecer por parte da Imprensa da Universidade, a quem agradeço nas pessoas da sua Diretora e Subdiretora, não esquecendo todo o trabalho desenvolvido pelos seus técnicos.

A DIRETORA DA REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA

MARIA ANTÓNIA LOPES